



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0012946-04.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO**
 Requerente: **Rodrigo Monaco Maciel**
 Requerido: **Prefeitura Municipal de São Carlos**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação de Indenização por Danos Materiais e Morais proposta por Rodrigo Monaco Maciel, contra o Município de São Carlos, sob o fundamento de que teve danos nos pneus de seu veículo, quando passou por um buraco na rua, existente em virtude de negligência do requerido, que não o sinalizou.

O Município apresentou contestação, alegando que não havia buraco na esquina constante do B.O. e que o único buraco localizado estava sinalizado, tendo havido o seu conserto. Sustenta que o buraco estava visível; que o autor deveria estar desatento e trafegando com imprudência, sendo que possui diversas multas por não usar cinto e por excesso de velocidade. Questionou, ainda, os orçamentos apresentados, pois obteve outros, da mesma empresa, com valores inferiores, bem como o dano moral, alegando a sua inocorrência.

Foram ouvidas testemunhas em audiência de instrução, tendo as partes apresentado alegações finais por memoriais escritos.

É o relatório.

Passo a fundamentar e decidir.

O pedido não merece acolhimento.

Como regra a responsabilidade civil do Estado é objetiva, fundamentada na teoria do risco administrativo. No caso em tela, contudo, a argumentação do autor é baseada na omissão do serviço público, quando tem cabimento tão-somente a responsabilidade subjetiva do Estado, pois "... só no exame de situações concretas permite-se identificar se seria razoavelmente exigível a atuação estatal no sentido da execução da obra ou prestação do serviço devido e cuja ausência ou insuficiência terá sido a causa do dano sofrido pelo administrado; e mais, 'simples conduta omissiva do ente público, por si só, não assenta a obrigação indenizatória, havendo necessidade de que esta conduta omissiva tenha dado causa ou concorrido para a causação do acidente' (TJRS, 12ª Câmara, 27.05.2004, RJTJRS 237/334)" (YUSSEF SAID CAHALI "Responsabilidade Civil do Estado" Ed. Revista dos Tribunais 2007 edição p. 222 - in Apelação nº 0010639-57.2008.8.26.0597, da Comarca de Sertãozinho).

Sendo assim, há que se perquirir sobre a falta ou falha no serviço, ou seja, se descumpriu dever legal que lhe impunha obstar o evento lesivo.

Na hipótese vertente não se verifica omissão indenizável.

O único buraco identificado pelo requerido foi sinalizado no dia do acidente, conforme relataram os funcionários da Prefeitura, que assim o fizeram após terem recebido a comunicação de sua existência pelos "amarelinhos". É possível que tenha sido removida a sinalização, mas este fato não pode ser atribuído ao ente público, que, inclusive, efetuou o conserto do buraco dois dias



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

após.

Ainda que a testemunha Valdemir tenha caído no buraco identificado com seu veículo, não se sabe se foi o mesmo apontado pelo autor, já que ela não presenciou o acidente.

Também os danos não foram suficientemente caracterizados e o autor, se de fato houve o acidente, não teria agido com a diligência necessária, pois alegou que viu o veículo da frente passando pelo buraco, mas não freou, pois havia outro veículo atrás. Ora, se viu o buraco, deveria dele ter desviado ou freado, já que cabe ao veículo de traz manter a distância de segurança.

Ademais, consta do B.O. que os danos não puderam ser constatados, pois o autor já teria efetuado os reparos. Ocorre que ele, em seu depoimento pessoal, inicialmente, mencionou que foi de ônibus registrar a ocorrência e, depois de questionado sobre as informações sobre o veículo, constantes do B.O., informou que foi duas vezes na delegacia, uma de ônibus e a outra de carro, sem demonstrar segurança em suas alegações.

Não bastasse isso, a testemunha Amilton, funcionário da seguradora, relatou que foi atender ao chamado do autor e, quando lá chegou, não constatou nenhum buraco na rua, mas cones e cavaletes uns 350 metros acima. Disse, ainda, que não estava chovendo e verificou, somente, a existência um único pneu murcho, o dianteiro, do lado do motorista. Narrou, também, que o autor não quis fazer o “check list”, momento em que são colocadas as informações sobre os danos verificados e posteriormente foi até a seguradora, conversar com o proprietário, tendo o “check list” sido feito por ele e não pela testemunha que atendeu a ocorrência, que sequer foi consultada sobre os danos visualizados.

Ressalte-se, por fim, que, no orçamento de fls. 31 consta que não foi feita a verificação do veículo.

Assim, não fez o autor prova eficaz da negligência do requerido, nem dos danos e do nexo causal, ônus que lhe competia.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito e IMPROCEDENTE o pedido.

Condeno o autor a arcar com as custas judiciais e honorários advocatícios, fixados, por equidade, em R\$ 770,00 (setecentos e setenta reais).

Embora a prova feita pelo autor tenha sido frágil, não é possível inferir que houve litigância de má-fé.

P R I

São Carlos, 23 de setembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**